

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2024**

**Objeto:** Contratação de empresa para a prestação de serviços referente à realização de coleta e de análise de exames laboratoriais de Patologia Clínica e Anatomia Patológica dos pacientes do Convênio SUS, oriundos da Rede Básica de Saúde, Hospital Júlia Pinto Caldeira, UPA (Unidade de Pronto Atendimento) e Vigilância Epidemiológica do município de Bebedouro/SP.

**EXTRATO DA SESSÃO DE JULGAMENTO DA IMPUGNAÇÃO APRESENTADA, BEM COMO, DOS ESCLARECIMENTOS AOS TERMOS DO EDITAL**

De posse da impugnação, bem como, do pedido de esclarecimentos apresentados pela empresa **ASSOCIAÇÃO FUNDO DE INCENTIVO A PESQUISA - AFIP**, procedeu-se à análise das razões arguidas pela mesma, entendendo o Pregoeiro, a princípio, ser necessária a remessa dos autos para o setor requisitante, tendo em vista que as matérias apontadas na impugnação e no pedido de esclarecimentos, referirem-se, na sua maior parte, às questões plenamente técnicas, que fogem à área de sua atuação, para que o mesmo se manifestasse, no sentido de esclarecer a necessidade ou não de adequações ao Edital, levando em conta os pontos abordados pela impugnante.

Em resposta, a **Secretaria Municipal de Saúde**, setor requisitante, enviou ofício, o qual que faz parte integrante do presente processo licitatório e assim se manifestou:

A Secretaria Municipal de Saúde vem pelo presente, em atenção a. Vossa solicitação para resposta sobre a IMPUGNAÇÃO e PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS recebida pela empresa **ASSOCIAÇÃO FUNDO DE INCENTIVO A PESQUISA - AFIP** do Edital do Pregão

Presencial nº 01/2024:

**RELATIVO AO PEDIDO IMPUGNAÇÃO**

- **Quanto a exigência de posto de coleta dentro do município de Bebedouro:** a exigência se faz necessária, uma vez que a secretaria de saúde não possui laboratório próprio para coleta de exames dos usuários SUS, deverá ter um local para essas coletas nos limites do município, pois inviável o deslocamento dos usuários até outro município, o devido posto terá seu funcionamento no horário das 07 às 16 horas, de segunda à sexta – feiras, com ambiente adequado, dentro das normas da ANVISA, devidamente identificado conforme descrito em Edital.

- **Quanto ao pregão ser da forma presencial:** A licitação deverá ser realizada utilizando-se a modalidade mais adequada, com observância aos preceitos de direito público.

Diante dos preceitos legais contidos na lei 14.133/2021, esta secretaria entende que a melhor de forma de realização do certame para esse tipo tão específico de serviços é a forma presencial, haja vista que esta secretaria de saúde nomeou profissionais técnicos, portaria 38.441/2024, especificamente para avaliar no momento do certame a documentação apresentada referente as normas sanitárias e de fluxo de atendimento, conforme o termo de referência. Isso se justifica pelo poderio da capacidade da equipe de saúde em avaliar os diversos documentos sanitários e como deverá ocorrer o atendimento, coleta do material biológico e resultados dos exames.

- **Quanto ao prazo de instalação:** O prazo de instalação do serviço deve ser imediatamente a assinatura do contrato, haja vista a urgência do serviço licitado, uma vez que são serviços relacionados a manutenção da vida e deve ser feito com extrema rapidez que demanda o caso de pacientes internados ou que buscam o serviço de emergência/urgência, destarte ainda que não temos como realizar os procedimentos de diagnóstico laboratoriais no serviço próprio e que, dependemos da aquisição de tais serviços. A demanda diária para atendimentos no posto de coleta que utilizam do serviço é de 200 pacientes/dia, de forma eletiva, já na forma de urgência e emergência são aproximadamente 350 procedimentos/dia, não podendo a demora da instalação prejudicar os serviços para os usuários SUS.

- **Quanto quantificação de procedimentos realizados nas unidades:** Foi calculado a média do período de 12 meses para embasamento do Edital em questão, de uma forma geral sem a divisão dos pedidos realizados ambulatorial e de urgência/emergência. Por esse motivo, o Edital prevê que todos os procedimentos devem estar disponíveis para o profissional médico solicitar seja no ambulatório da atenção primária, no serviço especializado ou na urgência ou emergência. A tabela com a relação de previsão dos procedimentos por mês e ano consta no Termo de Referência.

**RELATIVO AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS**

1. Pedimos informar a volumetria (e tipos de exames) mensal estimada de exames por tipo de Unidade (ex.: hospital/upa/exames gerados a partir do atendimento ambulatorial/posto de coleta do prestador/etc.), pois a listagem contida no edital não diferencia tais Unidades/Setores;

A quantidade de exames está na planilha que consta no Termo de Referência, descritos conforme tabela SUS SIGTAP, com quantidade mensal e anual dos exames previstos, consta também divididos em Atenção Básica e Atenção especializada, a volumetria de procedimentos de urgência/emergência é somente da UPA e Hospital Municipal de Bebedouro que compreende aproximadamente em 350 procedimentos.

2. Como foi elaborado tal cálculo (200 pacientes dias)? Poderiam disponibilizar esta racional e justificativa técnica que fundamentou tal exigência?

**Calculo foi realizado de acordo com atendimento do contrato anterior, pela equipe do faturamento que realiza o controle e auditoria do serviço terceirizado.**

3. Quais são os tipos de exames que deverão ser colhidos neste "posto de coleta externo"?

**Exames prescritos pelos médicos devidamente inscritos no CRM e que prestam serviços ao SUS, com prescrição em SADT, e autorizado pelo serviço municipal de saúde.**

Diante de todo o exposto e devidamente prestado esclarecimentos solicitados acima **INDEFIRO** os pedidos de impugnação do certame em questão.

Continuando, com relação a suposta omissão, informada pela requerente, sobre o edital, a minuta do contrato e os anexos não disporem em nenhum momento sobre a gradação de aplicabilidade das penalidades, tal medida não merece prosperar, eis que a Lei Nº 14.133/2021, no artigo 156, em seu § 3º, disciplina claramente a dosimetria adequada a ser aplicada na sanção prevista no inciso II, do caput, do citado artigo. Desta forma, a Administração Pública, pode exercer seu poder discricionário para analisar e punir a empresa de acordo com a situação imposta em cada caso, procedendo-se o devido processo administrativo, assegurando o contraditório e a ampla defesa à empresa contratada. Ressaltamos ainda que, o edital prevê aplicação de multa no item 14.4, bem como, na cláusula 8º, em seu inciso XII.

Em face do exposto, o Pregoeiro, com o devido amparo no **ofício/resposta** à diligência realizada, encaminhado pela Secretaria Municipal de Saúde, setor requisitante, acredita ter prestado, satisfatoriamente, os esclarecimentos solicitados pela requerente, e quanto a impugnação apresentada pela mesma, **DECIDIU**, pelo seu **indeferimento**, nos termos apontados pelo setor requisitante, sendo tudo na correta aplicação dos preceitos legais atinentes à espécie.

Proferida a presente decisão e nada mais tendo a ser analisado e julgado pelo Pregoeiro, o mesmo ordenou a publicação na Imprensa Oficial Eletrônica do Município disponibilizada no site oficial do município: [www.bebedouro.sp.gov.br](http://www.bebedouro.sp.gov.br) do competente extrato de julgamento, ordenando ainda, a expedição das respectivas notificações via correios eletrônicos "e-mails", à empresa requerente e às demais empresas que porventura tenham retirado o edital em referência comunicando a presente decisão.

Bebedouro, dezesseis de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro.

**Paulo Eduardo Martins**  
**Pregoeiro**

Consoante aos termos da decisão proferida, que adoto como fundamento, no uso de minhas atribuições legais, **RATIFICO** a r. decisão, em atendimento aos princípios licitatórios e constitucionais.

Bebedouro, dezesseis de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro.

**Lucas Gibin Seren**  
**Prefeito Municipal**